

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2015/2017

De um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA E ALTERNATIVA NO ESTADO DO PARANÁ – SINDELPAR**, inscrito no CNPJ nº 84.891.589/0001-55, neste ato representado por seu Presidente, Sr. PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, portador do CPF/MF nº 882.787.788-68;

E, do outro lado, a **ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.825.701/0008-07 com sede na Rua Francisco Manoel da Cruz, nº 11, Centro, Balsa Nova – PR – CEP: 83.650-000, doravante denominada **EMPREGADOR**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, pelos representantes abaixo assinados.

Resolvem celebrar o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (“ACT”)**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Acordo Coletivo contém as condições de trabalho pactuadas na data-base referente a 1º de Maio de 2015, entre as partes acima qualificadas, tendo como objeto regular os benefícios concedidos pelo **EMPREGADOR** aos seus colaboradores lotados na EnergyWorks Balsa Nova, lotados na Rua Francisco Manoel da Cruz, nº 11, Centro, Balsa Nova – PR – CEP: 83.650-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho pelo período de 1º de maio de 2015 a 31 de abril de 2017 e a data-base da categoria em maio de cada ano, sendo que, após este período, a sua vigência será objeto de negociação.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE SALARIAL

O **EMPREGADOR** reajustará os salários de seus empregados, a partir de 1º de maio de 2015, conforme o índice INPC de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), relativo ao período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.

Parágrafo Único: A partir de 1º de maio de 2016, o **EMPREGADOR** reajustará os salários de seus empregados conforme o índice INPC pleno, relativo ao período de 1º de maio de 2015 a 30º de abril de 2016, tendo como base a aplicação nos salários de abril de 2016, para os empregados ativos nesta data.

CLÁUSULA QUARTA – DATAS DE PAGAMENTOS DE EMPREGADOS

O **EMPREGADOR** assegurará o pagamento dos salários de seus empregados até o último dia útil do mês trabalhado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

CLÁUSULA QUINTA – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

O **EMPREGADOR** pagará aos empregados abrangidos por este instrumento coletivo os percentuais referentes ao adicional de horas prestadas extraordinariamente na seguinte forma:



A – Empregados das áreas administrativas.

Para os empregados das áreas administrativas será pago o adicional de horas prestadas extraordinariamente de 60% (sessenta por cento), de segunda-feira a sábado e de 100% (cem por cento) durante os dias de domingos e feriados.

B – Empregados das áreas operacionais (turno de revezamento)

Para os empregados de turno de revezamento será pago o adicional de horas prestadas extraordinariamente de 60% (sessenta por cento) nos dias de trabalho no turno de revezamento e de 100% (cem por cento) durante os dias de feriados e folgas.

5.1 b Consideram-se como sendo feriados as datas nacionais, estaduais e municipais, oficialmente decretadas.

5.2 b O pagamento de hora extra, não se aplica às funções de executivos. (Diretor, Superintendente, Gerente e Gestor).

CLÁUSULA SEXTA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O empregador pagará a título de adicional de periculosidade correspondente a 30% incidente sobre o salário, horas extras, adicional noturno, HRA, na forma como é praticado atualmente.

6.1 O referido adicional será pago a todos os empregados que no exercício de suas atividades, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em condições de risco, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL DE HORA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO (HRA)

O **EMPREGADOR** pagará, a título de hora repouso e alimentação trabalhada – HRA, a todo o seu pessoal de turno ininterrupto de revezamento, quando houver, um adicional correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor hora normal.

CLÁUSULA OITAVA – CALENDÁRIO LABORAL

Para os empregados da área administrativa, o **EMPREGADOR** estabelecerá um calendário anual dos dias compreendidos entre feriados e fins de semana, de forma que a compensação das pontes seja cumprida.

CLÁUSULA NONA – ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno, compreendido como o realizado entre às 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte, será pago pelo **EMPREGADOR** a todos os seus empregados, com acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora diurna, a exceção dos cargos executivos (Diretor, Superintendente, Gerente e Gestor).

CLÁUSULA DÉCIMA – AUXÍLIO REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO

O **EMPREGADOR** fornecerá aos seus empregados 12 (doze) talões por ano contendo, cada um com 22 (vinte e dois) vales-refeições mensais e valor facial de R\$ 32,38 (trinta e dois reais e trinta e oito centavos) totalizando no mês o valor de R\$ 712,36 (setecentos e doze reais e trinta e seis centavos) utilizáveis em rede credenciada, com base no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

10.1 Será permitida, também a todos os empregados a opção pelo recebimento de vales-alimentação mantidas sem modificações as participações dos empregados e **EMPREGADOR** no custeio dos vales, conforme procedimento administrativo.



10.2 O auxílio refeição/alimentação será concedido mediante fornecimento de tíquetes, na modalidade cartão, de empresas especializadas, credenciadas junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, ou, podendo ainda, acontecer de forma mista, sempre a critério do **EMPREGADOR**.

10.3 O auxílio refeição/alimentação tem por intuito assegurar a alimentação diária do trabalhador, daí adotar-se prioritariamente o ticket refeição, ou ticket alimentação, na modalidade cartão, que se destina à aquisição de refeições prontas ou efetuar compras nas redes de supermercados.

10.4 * Feita a opção pelo auxílio refeição ou alimentação, esta vigorará por período mínimo de 06 (seis) meses.

10.5 O benefício do auxílio refeição/alimentação também abrangerá as empregadas durante o período de licença maternidade, bem como os empregados afastados por motivo de Auxílio-Doença e Acidentário, até o limite de 06 (seis) meses a contar da datado afastamento.

10.6 Estes benefícios não têm natureza salarial, nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não constituem base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Parágrafo Único: Em 1º de maio de 2016, os valores acima serão reajustados pelo índice INPC pleno, apurado no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, e permanecerá inalterado até o término da vigência deste **ACORDO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PLANO DE SAÚDE E ODONTÓGICO

O **EMPREGADOR** assegurará a todos seus empregados e dependentes legais planos de saúde e odontológico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AUXÍLIO DEPENDENTE

O **EMPREGADOR** pagará, a título de Auxílio Dependente, referente à Mãe-guardiã, Auxílio-creche e Pré-escolar, o valor de até R\$ 282,77 (duzentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) mensais, observado as seguintes regras:

12.1 O benefício acima indicado será concedido a um só título, de forma não cumulativa, por dependente.

12.2 Para que o empregado faça jus ao benefício do Auxílio Dependente deverá comprovar, para a modalidade de Auxílio Mãe-guardiã, a Carteira de Trabalho da Mãe guardiã devidamente assinada, e para as demais modalidades o respectivo recibo de pagamento.

12.3 Será garantido o benefício, na modalidade de Auxílio Pré-escolar, até o final do ano letivo, aos dependentes que completarem 7 (sete) anos de idade.

12.4 O valor previsto nesta cláusula não será cumulativo entre cônjuges empregados do **EMPREGADOR**, e sim concedido por dependente.

12.5 O **EMPREGADOR** e o **SINDELPAR** declaram que tal benefício não possui natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; bem como não se configura como rendimento tributável do trabalhador, visto se tratar de reembolso.

Parágrafo Único: Em 1º de maio de 2016, os valores acima serão reajustados pelo índice INPC pleno, apurado no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, e permanecerá inalterado até o término da vigência deste **ACORDO**.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the right and a smaller one below it.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SEGURO DE VIDA

O **EMPREGADOR** concederá aos seus empregados seguro de vida em grupo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LICENÇA MATERNIDADE

O **EMPREGADOR** concederá licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, desde que solicitada formalmente pela empregada até o final do primeiro mês após o parto, conforme procedimento administrativo, com base na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE

O **EMPREGADOR** se compromete a efetuar as práticas relativas ao Exame Periódico de Saúde – EPS, conforme legislação vigente. Os exames necessários para diagnóstico preventivo serão cobertos pelo plano de saúde oferecido pelo **EMPREGADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONCESSÃO DE PAGAMENTO DE FÉRIAS

O **EMPREGADOR** concederá aos seus empregados, conforme sua Programação Anual de Férias, gratificação de férias, nas condições estabelecidas pelo inciso XVII, do artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Primeiro – O início de gozo de férias não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal, com exceção dos empregados que trabalham em turno de revezamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTECIPAÇÃO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO

O **EMPREGADOR** antecipará o pagamento da 1ª parcela do 13º (décimo terceiro) salário relativo a cada exercício, nos termos da legislação vigente, para todos os empregados, quando do gozo das férias. Na hipótese do empregado optar pelo não recebimento da 1ª parcela do 13º (décimo terceiro) salário quando de suas férias, o **EMPREGADOR** efetuará este pagamento no mês de junho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O **EMPREGADOR** se compromete a manter a opção pelo Plano de Previdência Privada Complementar para seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – TREINAMENTO

O **EMPREGADOR** assegurará a todos os seus empregados, uma Política de Formação, Qualificação, Reciclagem, Profissional e Desenvolvimento, visando pleno cumprimento de suas funções e crescimento profissional, levando-se em conta o mútuo interesse entre as partes.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS E HORÁRIO

CLAUSULA VIGÉSIMA – HORÁRIO DE TRABALHO

Os empregados do **EMPREGADOR** desenvolvem suas atividades, aplicando-se as seguintes condições de trabalho.



4

A- Empregados das áreas administrativas.

Os empregados das áreas administrativas do **EMPREGADOR** estão sujeitos a uma jornada de trabalho de segunda a sexta (07:30h às 17:18h) e sexta (8h às 17h), ou seja, módulo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalo de 01 (uma) hora de almoço e descanso.

B – Empregados das áreas operacionais (Turno de Revezamento)

Para os empregados que trabalham na área de operação de turno de revezamento ininterrupto, a jornada especial de trabalho será de 6x2, em turnos fixos, com jornada de oito horas por dia, nos seguintes horários:

- 1º Turno – 00:00h às 08:00h
- 2º Turno – 08:00h às 16:00h
- 3º Turno – 16:00h às 00:00h

Parágrafo Único: As 7ª e 8ª horas da jornada de trabalho do turno de revezamento serão pagas como horas extras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – REFLEXO NA REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (RSR)

Quando houver trabalho extraordinário habitual o **EMPREGADOR** pagará, a título de reflexo na remuneração do Repouso Semanal Remunerado (RSR), a todos os seus empregados, quando houver. O RSR corresponderá à divisão da remuneração das retribuições indenizatórias devidas durante as horas de trabalho extraordinário e adicional noturno, pelo número de dias úteis do período em referência, multiplicando em seguida, pelo número de domingos e feriados do período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS

O **EMPREGADOR** concederá o benefício do vale transporte, através de adiantamento da importância correspondente às despesas de deslocamento residência – trabalho e vice e versa.

Parágrafo Único: A concessão do benefício do vale transporte não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – SISTEMA DE MARCAÇÃO DE PONTO E FREQUÊNCIA

Através do presente ACT fica estabelecido o sistema de controle de entrada e saída, devendo ser anotadas as exceções, de qualquer natureza, em folha própria e padronizada disponibilizada pelo **EMPREGADOR** ou através de controle de ponto eletrônico para tal fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – LICENÇA PARA CASAMENTO, NASCIMENTO E LICENÇA POR FALECIMENTO

O **EMPREGADOR** concorda em abonar, sem prejuízo das férias e da remuneração, as ausências ao serviço dos empregados, pelos seguintes prazos e motivos: – 05 (cinco) dias consecutivos para seu casamento ou nascimento de dependentes; – até 03 (três) dias consecutivos, nos casos de falecimento de cônjuge ou companheira (o), de ascendentes e descendentes diretos em 1º e 2º graus, e de pessoas que, declarada em sua carteira profissional, viva sob sua dependência econômica.



5

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – COMPOSIÇÃO DA CIPA

Como o **EMPREGADOR**, por força da sua estrutura operacional está dispensado da criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA's, este, indicará um empregado chamado de "designado" para substituir essa Comissão, adotando providências específicas a esta área e incluindo ainda fiscalização das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

O **EMPREGADOR** fornecerá gratuitamente aos empregados, equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC), necessários para a realização de suas tarefas diárias, bem como garantirá treinamento adequado a todos os empregados para o correto uso de EPI's e EPC's e fiscalizará a utilização pelos empregados para execução das atividades profissionais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT)

O **EMPREGADOR** providenciará a abertura de CAT, após os devidos registros internos, sempre que ocorrer situação de acidente de trabalho ou de doença profissional, assim definido pelo art. 19, da Lei 8.213/91, que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço do **EMPREGADOR** ou pelo exercício do trabalho dos segurados, provocando lesão corporal ou perturbação funcional morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – ACOMPANHAMENTO DE ACORDO

O **EMPREGADOR** e o **SINDELPAR** realizarão, semestralmente, acompanhamento do cumprimento e da implementação das cláusulas deste ACT.

28.1 Caberá a qualquer uma das partes, e a qualquer tempo, sempre que suscitadas dúvidas quanto ao cumprimento do presente ACT, requerer reunião extraordinária, de modo a prevenir questões trabalhistas futuras.

28.2 Serão discutidos e/ou apresentados nestes encontros para Acompanhamento de Acordo outros pontos de interesse do conjunto dos empregados da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – COMPROMISSO

As partes comprometem-se a cumprir e fazer cumprir o presente ACT, em todos os seus termos e condições durante o prazo de sua vigência.

29.1 O presente ACT produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura, dando as PARTES quitação plena de eventuais direitos e obrigações passadas em relação aos empregados, bem como quanto à Contribuição Sindical, Contribuição Assistencial e Contribuição Confederativa pretérita. Ressalvam as partes que os direitos e deveres aqui avençados, para fins do que dispõe a súmula 277, do TST, têm os seus efeitos jurídicos limitados ao período de vigência do ACT, somente sendo renovados por expressa e formal vontade das partes, o que deverá constar do novo Acordo Coletivo, conforme o caso.

29.2 O presente ACT terá seus efeitos retroativos a 1º de maio de 2015.

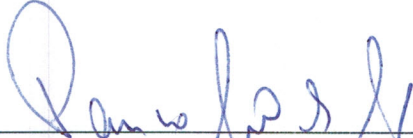


6

E, por fim, por estarem assim firmados, as partes assinam, juntamente com as testemunhas, o presente **ACORDO** em 03 (três) vias, de igual conteúdo e forma, o qual será depositado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), nos termos do disposto no Artigo 614 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

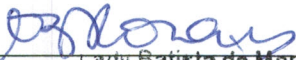
Balsa Nova, 12 de maio de 2015.

Pelo SINDELPAR:

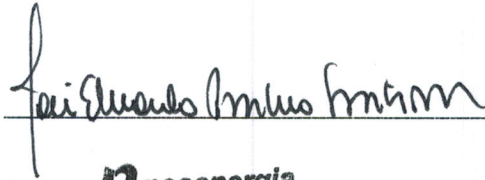


PAULO SÉRGIO DOS SANTOS
CPF/MF nº 882.787.788-68

Pela ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA:



Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de
Pessoas e Administração
Neoenergia S.A.

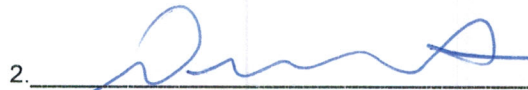


 **neoenergia**
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

TESTEMUNHAS:



1. Kelly Messias Petri Coelho
Nome: RG: 10.813.052-7
CPF: 073.656.347-40
R.G. nº.: _____



2. Luís Cláudio Duarte
Nome: RG: 05985319-4 DIC/RJ
CPF: 073.461.397-04
R.G. nº.: _____

Esta folha faz parte do **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2015/2017** firmado entre o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA E ALTERNATIVA NO ESTADO DO PARANÁ – SINDELPAR** e **ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA.**

